

PNE determina que universidades terão de cortar gastos e oferecer formas alternativas de ensino

As instituições públicas de ensino superior vão ter de conter gastos e oferecer formas alternativas de ensino para expandir suas atividades a oferta nos próximos 10 anos. É o que prevê o Plano Nacional de Educação (PNE), um conjunto de metas decenais para a educação brasileira. O governo federal, em troca, se compromete a ampliar a autonomia universitária, o crédito educativo e os investimentos em pesquisa científica e tecnológica.

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, envia ainda este mês ao Congresso o projeto de lei contendo o documento com as metas do PNE. Elas incluem desde o ensino infantil à educação especial e de jovens e adultos. Para as instituições federais de ensino superior, o PNE prevê a criação de um Fundo de Manutenção. Estabelece, ainda, um sistema de financiamento para o setor público, que tenha como base de distribuição de recursos o número de alunos atendidos por cada instituição.

Ensino fundamental

No ensino fundamental, uma das inovações do plano é a previsão de que, dentro de cinco anos, a escolaridade obrigatória seja estendida às crianças de seis anos de idade. Hoje, essa oferta só é obrigatória a partir dos sete anos. Os governos estaduais e municipais têm, entretanto, o desafio de atender primeiro a faixa etária atual, de sete a 14 anos. O MEC trabalha com uma estimativa de 2,7 milhões de excluídos do sistema de ensino, e tenta reverter o quadro por meio do programa

“Toda a Criança na Escola”.

Outros desafios são a evasão e a repetência. Ainda hoje, de cada 100 alunos que ingressam no ensino fundamental, apenas 65 terminam a 8ª série, e eles levam até 11 anos para concluir as oito séries. O compromisso assumido por meio do PNE é de elevar o número de crianças que terminam o curso a 70%, no mínimo. Até o final da década, deverá ser reduzido, de 11 para nove anos, o tempo médio de conclusão do curso. O PNE prevê ainda a responsabilidade financeira da União, estados e municípios em programas bolsa-escola para superar o déficit educacional nas zonas rurais e periferias urbanas.

Para o ensino médio, a meta é atender a pelo menos 80% das crianças que concluem o ensino fundamental até o final da década. Em cinco anos, deverá ser consolidado um sistema de avaliação. Neste mesmo período, o plano prevê melhoria de infraestrutura, como o uso de computadores em 50% das escolas.

O número de analfabetos é hoje estimado em 16 milhões de brasileiros com mais de 15 anos de idade, número que, segundo o texto de apresentação do PNE, ainda “envergonha o País”. Com o apoio da sociedade civil, incluindo as organizações não-governamentais, igrejas e sindicatos, o Governo espera acabar com o problema em dez anos. Em cinco anos, o Governo quer duplicar a oferta de ensino supletivo.